

Resenha**Comunicação Pública e TV Digital:  
interatividade ou imperatividade na TV pública**  
(Alberto Perdigão, Editora UECE, 2010)Karla Rossana Francelino Ribeiro NORONHA<sup>1</sup>

O livro *Comunicação Pública e TV Digital: interatividade ou imperatividade na TV pública* escrita pelo jornalista e Mestre em Políticas Públicas e Sociedade Alberto Perdigão que tem como objetivo questionar o valor da comunicação pública e sua importância para a construção de uma TV pública de qualidade na qual o direito a informação e comunicação possam acontecer de fato.

A obra está dividida em cinco capítulos. Na introdução o autor explica como surgiu a ideia de estudar comunicação pública e TV Digital. Faz uma pesquisa bibliográfica para constatar se a comunicação pública pode permitir a inclusão política, digital e social e se a TV Digital Interativa (TVDI) pode ser um instrumento para esta inclusão. Assim, este livro é fruto de um trabalho de mestrado em que ele baseou sua pesquisa no fato de como o avanço tecnológico da TVDI pode proporcionar um avanço político fazendo com que as TVs estatais tenham um caráter mais público do que governamental.

No primeiro capítulo, *Comunicação com Direito*, o autor apresenta as leis e tratados que atestam que a comunicação como direito humano é fundamental e que ela “poderia servir sim de instrumento de fortalecimento do estado democrático de direito, dignidade humana e da cidadania ativa, no sentido de diminuir as diferenças e injustiças sociais” (p.30). Para ele, o Estado caminha lentamente no processo de desenvolvimento de um sistema público de comunicação fundamentado na comunicação como direito humano.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O Brasil soube estabelecer as leis que garantem a cada indivíduo a liberdade de expressão e a livre comunicação, mas ainda não encontrou o caminho correto para administrar o sistema de comunicação público. Segundo o autor esta falha permite que grandes empresários possam manipular a comunicação nos meios comunicacionais fazendo do telespectador um agente passivo. Perdigão afirma que a comunicação deve circular de maneira equilibrada a fim de permitir o diálogo entre sociedade e Estado. Por fim, afirma que o Estado é ausente e excludente no exercício do seu papel democrático e que deve assumir-se enquanto responsável pela vida coletiva para garantir que todos os cidadãos serão ouvidos.

O segundo capítulo, *Comunicação como Instrumento de Gestão*, é bastante teórico. Aqui o autor fala da comunicação no seu sentido amplo, centrada no interesse público e nas políticas públicas de forma complementar a comunicação. Para ele, comunicação e poder são dois conceitos que caminham juntos. O processo e compartilhamento de informação por meio e novas tecnologias da informação são um novo paradigma de poder e que isto pode aumentar ou diminuir o grau de dominação entre Estados, empresas e cidadãos dependendo da forma como as informações são socializadas. A comunicação que é utilizada como instrumento de poder também pode ser usada como contrapoder o que poderia garantir uma coesão social se tivéssemos uma esfera pública fortalecida pelo diálogo e pela participação. Para o autor a comunicação precisa deixar o status *quo* de controlada e restrita para se tornar uma comunicação livre na esfera pública. Em relação ao poder, ele afirma que se o poder tiver um sentido público coletivo ele pode se tornar mais legítimo, diluído e compartilhado, mas o que está acontecendo é que o poder público não percebe a comunicação como instrumento de gestão.

Perdigão afirma que é preciso horizontalizar os diversos segmentos de poder que controlam os fluxos de informação para permitir a circulação e ampliação da comunicação na esfera pública. Argumenta que a organização do processo de comunicação do governo para a sociedade se deve ao fato das demandas que a mesma tem na relação com o Estado. Considera que o profissional de comunicação deve olhar o gestor público e o cidadão como uma só unidade. Isso poderia proporcionar a troca de informações e a expressão livre e horizontal.

O autor expõe um questionamento muito importante neste capítulo – “o que tem a comunicação pública a ver com a democracia? E até que ponto a comunicação pública é indutora e instrumentalizadora da participação e de seus respectivos mecanismos de controle?” (p. 63). Ele percebe que “a comunicação é condição para a democracia e a democracia é condição para o desenvolvimento” (p. 64). Segundo o autor a democracia pode garantir a existência de uma esfera pública de verdade, além de legitimar a participação do cidadão. O autor conclui dizendo que “é a comunicação pública que permite o diálogo no seio da sociedade (esfera pública), e desta para e com o governo representado” (p. 75) e que ela é o instrumento de legitimação do governo se este abrir mão do seu papel unilateral e centralizador.

O capítulo 3, *O Conceito de Comunicação Pública*, o autor defini o que é comunicação pública a partir da Teoria do Discurso, parte da Teoria da Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas, em que a comunicação pública é aquela que “fortalece o Estado, a democracia e a cidadania. É a que superpõe o compromisso do Estado com o interesse público [...] aprofunda e amplia a comunicação social” (p. 86).

O autor também utiliza a teoria de Pierre Zémor para explicar a comunicação pública. Segundo o teórico ela é a verdadeira comunicação porque é centralizada no interesse público e garante o diálogo entre o cidadão e o Estado. Perdigão usa como exemplo a prática de comunicação realizada nas TVs públicas. Para o autor uma emissora de TV pública deveria estimular a identificação dos problemas na esfera pública e ser um canal de diálogo entre representados e representantes. Mas, atualmente as TVs públicas representam o interesse de grupos políticos dos governos.

Perdigão explica ainda quais são as doze características de uma comunicação não pública. Como exemplo pode-se citar a falta de política pública de comunicação, a falta de ética do político e o desinteresse do cidadão e a falta de serviços públicos de comunicação. Para encerrar o capítulo, ele apresenta os dozes pecados da comunicação pública como a patrimonialização, o culto a personalidade e o “jornalismo declaratório” representado pelas assessorias de comunicação.

O capítulo quatro, *Comunicação Pública na TV Pública Digital Interativa*, aborda a comunicação pública na perspectiva da TV pública diante do avanço da TVDI. O autor questiona as mudanças que podem ocorrer com a efetiva implantação da TV

Digital nos governos, sociedade e mercado. Ele explica brevemente a transição da TV analógica para a TV Digital tanto no que se refere a tecnologia quanto a função dessa nova tecnologia para a sociedade. Trata principalmente sobre qual o papel da TV pública perante as possibilidades proporcionadas pela interatividade. O autor coloca que a digitalização da TV e a interatividade são avanços essenciais para que a TV pública seja o que deveria ser: um espaço de inclusão social e digital onde o público tem papel ativo na esfera pública podendo assim exercer a cidadania ativa e a democracia participativa.

Para o autor, pelo fato das TVs públicas estarem restritas aos interesses dos governantes elas não podem exercer seu papel pleno enquanto ferramenta para a comunicação pública, além de enfrentar o atraso tecnológico. Para ele a TV pública pode ser o meio de mediatizar o poder público, aquele que é gerido pela sociedade garantindo a inclusão política dos cidadãos brasileiros.

Segundo Perdigão a TV pública deve ser “a via para se construir com o governo os consensos necessários para a governabilidade, para a perdurabilidade das políticas públicas, para a eficiência da gestão e a eficácia das ações” (p. 169). Ele conclui o capítulo dizendo que é necessário existir “uma política pública de fortalecimento político, financeiro e de imagem na sociedade, para que as TVs públicas possam deslanchar e assumir a função republicana que talvez nunca tenham assumido de fato” (p.176).

No quinto e último capítulo, *A TV Ceará*, o autor fez uma pesquisa de campo em que analisou a programação da TV Ceará que está passando pelo processo de transição para a TV Digital e a interatividade. Ele também apresenta o que os governantes do Estado do Ceará pensam sobre a comunicação pública e a comunicação governamental e o avanço tecnológico. Analisa também o grau de governamentalização da TV, ou seja, se ela atende mais aos interesses políticos dos governantes ou se comunica institucionalmente com seus públicos, se está sendo imparcial. Outra questão importante é a análise de duas tentativas de desgovernamentalização da TV Ceará que não tiveram sucesso.

Dessa forma, o autor considera que a TV Ceará está sendo utilizada para apresentar a sociedade os interesses do governo. Além disso, destaca que a TV Ceará

dialoga muito pouco com seus públicos e que não considera a participação do público na construção da programação. Percebeu ainda que a publicidade que ela utiliza para se comunicar num dado momento a posiciona como repartição governamental e em outro momento a coloca como TV privada o que altera a maneira de perceber e entender sua missão e identidade. Em relação as entrevistas com os gestores o autor afirma que estes tem dificuldades de compreender o conceito de comunicação pública. Conclui também que não há um diálogo entre o governo e a sociedade no sentido de permitir a circulação de informação. Afirma que parte dos gestores não acredita que o avanço tecnológico proporcione também o avanço político da TV Ceará. Há ainda os que acreditam ou não que a interatividade possa ser um instrumento de inclusão política. Para finalizar o livro ele afirma que a TV do Estado “é uma emissora desinteressante e desinteressada que não escuta, não sabe para que o público fala e que pouco se importa sobre o que diz” (p. 267).

A obra é bastante didática, clara e objetiva na apresentação dos conceitos discutidos pelo autor. Cada capítulo está dividido em tópicos permitindo o fácil entendimento do livro. Perdigão soube expor e analisar como a comunicação pública pode ser uma ferramenta eficaz para garantir uma TV pública digital interativa de qualidade e com a participação ativa do cidadão.

Há que se considerar também que o autor soube demonstrar as dificuldades dos governos em entender o papel real da comunicação social e que por isso não conseguem estabelecer uma relação dialógica com a sociedade o que faz com que eles usem as TVs públicas para atender seus interesses individuais.

O autor afirma também que, para que haja o exercício da cidadania plena por meio das TVs públicas é preciso que os governos abram mão do seu poder centralizador e passem a dividir esse poder com a população. Eu acredito que isso não deverá acontecer na sua totalidade porque a legislação possui brechas que favorecem a manipulação e o uso inadequado da televisão.

Perdigão traz também uma reflexão sobre a democracia e diz que ela não acontece na sua totalidade e que tem que haver um interesse por parte da sociedade para que haja a democratização da democracia. Ao realizar a pesquisa de campo ele consegue nos apresentar as dificuldades de um governo arcaico em tentar

desgovernamentalizar uma TV pública e a frustração do insucesso desse processo de mudança. Por fim, pode-se considerar que esta obra nos permite refletir sobre as questões fundamentais que envolvem a comunicação pública e a comunicação social.